

## A Lógica de Spinoza

Tradução de Gionatan Carlos Pacheco\*

BRUNSCHVIG, Léon. “La Logique de Spinoza”, Paris: *Revue de Métaphysique et de Morale*, 1, (5) sep, 1893. pp. 453-467.

Uma vez em posse daquela liberdade intelectual que ele havia defendido paulatinamente contra a emergência de suas próprias paixões, contra o poder do Estado e contra a autoridade da Igreja, Spinoza propõe fazer uso dela para resolver o problema da conduta humana. Seguindo qual método deve a abordar? Nesse aspecto, a liberdade reconquistada parece fornecer a faculdade de escolher absolutamente, e assim ele não seria nada: em um verdadeiro pensador, com efeito, as ideias não podem permanecer em um estado de isolamento. As próprias ideias - porque vivem, porque se estendem e se aprofundam, se organizam e, em virtude de sua dependência mútua - tornam-se um sistema, de modo que não haja nenhuma questão que seja puramente preliminar e que possa ser destrinchada sem que essa solução decida sobre a solução geral do problema filosófico.

*O Tratado de Teológico-Político* parece ser uma simples introdução à *Ética*, e ele contém uma de fato. A liberdade ainda externa à qual ele conduz, já determina e circunscreve a liberdade interior que marca a realização do progresso moral. De fato, a liberdade absoluta que Spinoza apresenta como essencial ao pensamento e característica de sua natureza, tem uma consequência imediata: que a mente só pode estar em face da mente. Entre ela e algo que não seja ela mesma, não pode haver contato ou medida comum e, portanto, não pode haver nenhum tipo de relacionamento. Isto quer dizer, que a verdade não pode ser externa à mente, pois a mente não pode sair de si mesmo para justificar o que seja verdade.

Consequentemente, não há necessidade de extrair do exterior uma regra que se impõe ao pensamento e que o conduz à verdade. A mente não precisa procurar como a encontrará, a encontra de antemão. É da natureza da mente conhecer, e o que ela conhece é verdadeiro, porque ela o conhece. “O princípio que constitui a forma do pensamento

---

\* Doutorando em Filosofia pelo Programa de Pós Graduação da Universidade Federal de Santa Maria. Contato: [gionatan23@gmail.com](mailto:gionatan23@gmail.com).

verdadeiro deve ser buscado no próprio pensamento e deduzido da natureza da inteligência” (I, p. 24)<sup>1</sup>. O pensamento é, portanto, auto-suficiente, de modo que podemos afirmar dele o que foi dito sobre o intelecto divino: é independente de seu objeto, pré-existe e o cria ao concebê-lo (I, 24). Daí também se conclui a natureza da verdade: pois, uma vez que reside na mente e depende apenas dela, de antemão ela deve estar em si mesma dentro da mente.

A verdade da ideia verdadeira não resulta de uma relação de conveniência entre essa ideia e seu objeto; não é uma qualidade accidental e transitória, como se uma ideia pudesse existir antes de ser verdadeira e, em determinado momento, receber a verdade; é uma propriedade inerente e constitutiva. A verdade é interior ao verdadeiro. Existe, portanto, em toda ideia verdadeira, algo pelo qual ela é verdadeira, algo que é independente de tudo o que não é pensamento, o que é em si uma realidade de uma ordem distinta. “O círculo é uma coisa, a ideia do círculo é outra” (I, 11). “A ideia do círculo não tem periferia nem centro como o círculo; a ideia de um corpo não é um corpo”. “Pedro é algo real, e a ideia de Pedro é em si algo real, completamente distinta do próprio Pedro” (I, 12). A ideia, diz ainda Spinoza, é uma essência objetiva. Essa essência, sendo real em si mesma, é inteligível por si mesma, ou seja, a razão de ser deve ser buscada, não na essência do objeto de que é absolutamente independente, mas em uma essência da mesma ordem, ideal como ela. Só existe uma relação inteligível entre uma ideia e uma ideia. A atividade da inteligência é ao mesmo tempo o que justifica e fundamenta o conhecimento, bem como o que o estende e o completa. Uma atividade espontânea e perfeita em si mesma, cujo desenvolvimento não tem outra origem ou outro fim além desse próprio desenvolvimento. Deste modo, a verdade, considerada em sua totalidade, se forma como um mundo absolutamente delimitado e auto-suficiente, o que chamamos de um sistema fechado.

Com isso, o problema do método é colocado em termos tão simples que é resolvido ao mesmo tempo em que é posto. De fato, sendo a verdade uma denominação de intrínseca, e não extrínseca, do conhecimento, não existe fora deste conhecimento um sinal ao qual possa ser reconhecido; o único critério da verdade é a própria verdade. Portanto, o verdadeiro método não consiste na descoberta de um sinal que permita discernir a verdade de uma ideia, uma vez que essa ideia tenha sido adquirida (I, 12). Por

---

<sup>1</sup> Spinoza, *Benedicti de Spinoza Opera: quotquot reperta*. Ed. Van Vloten et Land, Tomus I-III, La Haye, 1895.

outro lado, o método não pode preceder a aquisição de ideias, como se fosse uma condição necessária. O método, uma vez separado da verdade, se ele, antes de alcançar a verdade, encontrar o verdadeiro método que o conduz, também, assim, será necessário encontrar o verdadeiro método para conhecer o método do método e, portanto, isso ao infinito seguindo uma regressão infinita na qual, não apenas o conhecimento do verdadeiro, mas todos os tipos de conhecimento desapareceriam (I, 11).

A descoberta do método acompanha a aquisição do conhecimento, é a ele contemporânea, não pode ser isolada. As ideias que, em relação aos seus ideatos, isto é, aos seus objetos, denominadas como essências objetivas são, tomadas em si mesmas pela sua própria realidade e inteligibilidade, essências formais (I, 12). Como resultado, elas podem se tornar objetos em relação a novas ideias que conterão objetivamente toda a realidade da primeira, isto é, na forma de representação, e assim por diante: e é essa reflexão indefinida da ideia em si mesma que constitui o método. “O método não consiste em raciocinar para apreender a causa das coisas, menos ainda em entender a causa das coisas, consiste em raciocinar sobre raciocinar, em compreender a intelecção” (I, 12). O método nada mais é que um conhecimento por reflexão, é a ideia da ideia (I, 13). A certeza, isto é, a ciência da ciência, é a consequência imediata da ciência, é inseparável dela e é coextensiva com ela, de modo que a condição necessária e suficiente para saber que sabemos, é saber. A posse do método é confundida com a posse da verdade que o supõe e que o leva adiante.

Portanto, não se trata da mente ir do método para a verdade, é suficiente que ela se desenvolva por sua força nativa, como diz Spinoza, e forjar instrumentos intelectuais que aumentem seu poder de investigação e permitam que ela expanda seus conhecimentos. Então, a partir dessas novas obras, ela lançará novas armas e, assim, continuará avançando em graus até chegar ao cume da sabedoria (I, 11). Assim, método e verdade fomentam um ao outro, da mesma forma que a bigorna é necessária para forjar o martelo, e o martelo necessário para forjar a bigorna. A lei natural rompe o círculo no qual a razão se limita. Entre método e verdade se estabelece dentro da própria mente uma corrente de influência recíproca da qual, graças a uma reação contínua de um para o outro, vem o constante progresso da inteligência. Esse progresso interno faz da mente um verdadeiro autômato. O automatismo alcança para a mente a perfeição da liberdade, a verdade, que forma um sistema fechado, pode ser inteiramente compreendida por esse autômato e, assim, a fórmula que enuncia o profundo princípio da concepção spinozista, a identidade da verdade e da inteligência: *verum sive intellectus* (I, 23).

Essa concepção da mente, na forma dada pela presente dedução, prossegue e termina apenas com afirmações positivas; não contém o princípio de uma restrição ou um obstáculo. Estamos, então, justificados em concluir que nada pode limitar a aptidão da inteligência em conhecer nem a extensão de sua compreensão?

E é de fato o que aparece à primeira vista, *prima fronte*, como diz Spinoza (I, 25): parece que a inteligência humana é chamada por sua natureza a possuir a verdade total, que não é provável que ela falhe ou sofra um desvio. E, no entanto, é verdade que o pensamento humano procede pela negação, pela qual comete erros. A só necessidade da demonstração anterior é um testemunho suficiente, pois supõe a existência de ceticismo, que põe em dúvida as verdades que acabamos de demonstrar, que negam a própria existência da verdade. Ora, como podemos conceber que é possível pensar, separando o pensamento do ser e da verdade, que sua unidade seja quebrada?

Se a negação e o erro coexistem com o exercício da atividade intelectual, a relação imediata entre a ideia e seu objeto é destruída e com ela desaparece toda a certeza. Portanto, é necessário, em virtude dos princípios estabelecidos, manter que apenas a afirmação positiva, o conhecimento verdadeiro, são atos reais de pensamento, que atingem o ser, ou melhor, que são o próprio ser. O cético que duvida e nega, que realmente não entende: ou ele fala contra sua consciência e tem apenas o exterior e a aparência do pensamento, ou então, se é sincero, devemos confessar que existem homens que, de nascença ou por causa de seus preconceitos, ou seja, por algum acidente externo, são afetados pela cegueira intelectual. Estes, de fato, não vêem o que é primeiramente óbvio: no momento em que duvidam e onde negam, não sabem que duvidam e negam, dizem que nada sabem. e mesmo sua ignorância, eles dizem que não o conhecem, mas não o dizem absolutamente, porque têm medo de admitir que existem, reconhecendo que nada sabem, para que precisem terminar por ficarem quietos, por medo de ceder a alguma suposição que tenha alguma sombra da verdade (I, 15). Estes são mudos que devem ser tratados como mudos. Pelo menos em relação às suas opiniões especulativas (pois é verdade que, no comércio da vida e da sociedade, a necessidade os forçou a admitir sua própria existência, a buscar o bem e a fazer muitos juramentos que afirmam ou que negam), eles renunciaram ao uso da mente: se uma demonstração for feita diante deles, eles não serão capazes de julgar se a argumentação é probatória ou não, eles não sabem se a admitem ou se a rejeitam, ou se opõem uma outra: são máquinas absolutamente desprovidas de espírito (I, 15). Portanto, duvidar da verdade não é ter consciência de si mesmo, *neque seipsos sentiunt* (I, 15).

O cético isola um do outro o julgamento que é a renúncia a uma verdade e o ato de intelecção que constitui essa verdade; ele desenraiza a verdade da mente. É bem verdade que o produto, considerado fora de suas condições de produção, perdeu sua virtude interna, que ele se torna indiferente às formas de afirmação e de negação e que é igualmente capaz de recebê-las. Portanto, se o erro existe — e sua possibilidade teórica é suficiente para revelar a existência dele — não vem do exercício da inteligência, mas da faculdade que temos de dispensar seu exercício para imitar de fora os resultados de sua atividade; tem suas fontes em nossa inércia e passividade; é externo à inteligência. O erro, então, não tem realidade em si, pois se tivesse seria verdade, e nenhum erro existe, pode-se dizer, como um erro, mas apenas na medida em que é acompanhado por um ato determinado da inteligência e, então, na medida em que esse esforço intelectual é realizado, ele é uma verdade; fora dessa verdade que ele envolve, embora pareça destruí-la, não há nada de positivo nele (I, 23). Se o homem está enganado, não é porque ele sabe alguma coisa, mas porque ele não sabe o que está além dela, porque ele nem sabe que existe esse além.

A verdade é o ser; erro é o não-ser em relação à verdade, ou melhor, é ao mesmo tempo ser e não-ser, porque é, ao mesmo tempo, possessão e privação de conhecimento. Essa contradição íntima que constitui o erro, como desaparecerá? Pelo próprio progresso do conhecimento. De fato, o erro se manifesta quando a mente ultrapassa os limites onde estava originalmente confinada a adquirir uma ciência mais vasta e completa; e ao mesmo tempo em que se manifesta, uma vez que nada tem de substancial e essencial, ela desaparece. É a luz que revela ao homem a existência das trevas, assim como sua própria presença. Do mesmo modo, a verdade é o critério da falsidade, e também da verdade. E como a aparência da luz é suficiente para expulsar a escuridão, o erro é dissipado aos primeiros raios da verdade (I, 111). O único remédio para o erro é, portanto, a verdade. Consequentemente, afirmação e negação não podem ser consideradas duas categorias que se opõem na mesma realidade que é o pensamento. Uma é, o outro não, de modo que não há determinação que seja comum a eles e que possa ser usada para compará-los. Só pode haver uma relação entre o que é e o que é, ou seja, entre verdade e a verdade, a verdade estreita e limitada, por um lado, a verdade ampla e integral, por outro. Uma ideia falsa é uma ideia que ainda não alcançou o desenvolvimento da essência real à qual corresponde objetivamente: é uma ideia inadequada; uma ideia verdadeira é uma ideia que tem a plenitude de seu entendimento, é uma ideia adequada. Ora, a ideia inadequada faz parte de uma ideia adequada, a ideia adequada é uma totalidade de ideias inadequadas. A

relação entre erro e verdade, em última análise, se resume à relação entre a parte e o todo. Se, portanto, temos ideias inadequadas, não devemos concluir que não é da natureza do pensamento formar ideias verdadeiras, ou seja, adequadas, mas simplesmente que nossa mente não é toda a mente, que somos apenas parte de um ser pensante cujas ideias constituem nossa mente, algumas tomadas em sua totalidade, outras apenas em parte (I, 25).

Essa concepção implica, sem dúvida, que todas as ideias são homogêneas entre si, que não há verdade provisória, por assim dizer, capaz de ser transformada em erro pelo contato com novas verdades, mas que cada verdade possui desde o início um valor intrínseco e definitivo. No entanto, devemos ter cuidado para não entendê-la no sentido material e justapor essas ideias uma após a outra, assim como fazemos os elementos de uma soma aritmética. Ao assimilar a verdade ao total de uma adição, abstraímos o que nos pareceu caracterizá-la como uma realidade mental, quer dizer, sua interioridade. As ideias são internas uma à outra, assim como interiores a mente, ou seja, as partes são interiores ao todo. Entre elas existe uma ordem determinada e imutável, segundo a qual elas se reúnem para formar uma totalidade da lei autônoma e completa, que é algo que não é uma mera coleção, que é verdadeiramente uma unidade. Esta ordem legítima (*debitus ordo*), pode se dar ao passo que a mente ao se desenvolver natural e necessariamente, sem se desviar, sem nunca encontrar a dúvida, sempre esclarecida pela luz na qual a verdade se manifesta ela mesma (I, 14).

Mas, na realidade, vimos que não seria assim: os homens não estão acostumados à meditação interna, onde a espontaneidade da mente age de acordo com suas leis determinadas. Eles se entregam a coisas externas, cujas circunstâncias e acidentes refletem aleatoriamente e, então, a conexão de impressões corporais é substituída em suas mentes pela relação lógica das ideias. Ou ainda afirmam proposições às quais seu julgamento individual não faz parte, porque, em vez de unir uma ideia a uma ideia, juntam uma palavra a outra, porque afirmam e negam, não como o valor lógico de seus conceitos, mas como a aparência que a linguagem teria, enganados, conseqüentemente, pelo uso vulgar que arbitrariamente assumiu essa expressão de uma forma afirmativa e outra de uma forma negativa (I, 30). O que é importante, no entanto, não é enumerar aqui as diferentes causas de erro, mas mostrar por exemplos que existe um estado em que nossa mente desempenha um papel passivo, onde a conexão de nossas ideias tem sua fonte e razão fora de nós, um estado vago que Spinoza propõe chamar do nome geral de imaginação (I, 29).

Entendemos, então, que, uma vez que o homem cai sob o jugo da imaginação, ele deve procurar “se livrar dela” (I, 29), a fim de recuperar a posse de sua inteligência. E assim reaparece em um novo aspecto o problema do método. De fato, existem duas maneiras de encadear ideias: cabe ao método ensinar a ordem verdadeira, a que evita qualquer interrupção no desenvolvimento de ideias, que poupa qualquer pesquisa inútil. Se pudéssemos seguir essa ordem própria a nós mesmos, por um tipo de instinto que inevitavelmente nos levaria a ela, o conhecimento do método seria, sem dúvida, inútil. Mas, como nossa natureza não nos leva necessariamente a ela, o progresso de nossa atividade intelectual pode ser feito apenas de acordo com um plano definido (*praemeditato consilio*). Mas é verdade que o método não é suficiente por si só, no sentido de que é, como Spinoza já definiu, um conhecimento refletido, uma ideia de ideia; “E como não há ideia da ideia, se não houver ideia de início”, não haverá método sem uma ideia anterior.

Consequentemente, este método será o bem que mostrará como dirigir a mente de acordo com a regra de uma ideia verdadeira (*ad datae verae ideae normam*) (I, 13). Ora, por qual sinal reconhecemos a verdadeira ideia que será o ponto de partida do conhecimento? Pela sua simplicidade. De fato, é impossível que uma ideia simples seja conhecida em parte e em parte desconhecida: ou não a formamos e não podemos dizer nada sobre ela, ou a possuímos em sua integridade, ela é clara e distinta, verdadeira, portanto (I, 21). No começo de todo conhecimento, será necessário se apegar a ideias simples ou, se alguém estiver lidando com uma ideia composta, resolvê-la em seus elementos simples. De fato, uma ideia simples, por causa de sua verdade, conhecida por si mesma e em si mesma não relacionada a nenhuma causa externa, é suficiente considerar o que a mente colocou de sua própria atividade nessa ideia para formar um conceito absolutamente adequado. Se circunscrevermos, se fixarmos esse tipo de atividade, obteremos uma definição. Aplicada a uma ideia que procede unicamente da inteligência, abstraída dos objetos contidos na natureza, a definição não pode ser exata. Tudo o que ela contém de afirmação, correspondente a um ato positivo de concepção, deve à realidade desse ato sua verdade, essa verdade pode ser colocada sem nenhuma chance de erro, não tem outro limites do que os próprios limites do conceito (I, 24).

É assim que a ideia simples se torna o fundamento do método, sua definição é o ponto de partida necessário para a organização de ideias e, portanto, pode-se dizer que é o princípio da dedução. Como é realizada essa dedução? A afirmação da ideia simples leva imediatamente à afirmação da ideia composta? Por exemplo, a definição da esfera:

o sólido gerado pela rotação de um semicírculo em torno do diâmetro; Essa definição pode ser considerada uma consequência direta da definição do semicírculo, no que a mente passa imediatamente de uma para a outra, por uma extensão necessária de seu movimento primitivo? Se assim é, a formação da ideia de uma esfera não corresponde mais a um ato especial da mente, é reduzida a uma operação mecânica e passiva, à justaposição de duas ideias que, sem nada nele de determinante da razão, permanece arbitrário e, portanto, falso. A única razão para essa falsidade, diz Spinoza, é que afirmamos algo mais que não está contido no conceito que formamos dela, do círculo, por exemplo, o repouso ou o movimento (I, 24). Ao unir, sem intermediário, o conceito primitivo dessa propriedade de girar o diâmetro para gerar uma esfera, propriedade que, não sendo inerente à ideia de semicírculo, não pode se descolar de sua análise, atravessamos os limites do conceito primitivo, dentro dos quais estávamos necessariamente confinados desde que estivéssemos lidando com a simples ideia de um semicírculo, conseqüentemente, fazemos um julgamento maior do que o nosso pensamento real, que não pode mais encontrar na atividade intelectual a garantia que deve torná-la verdadeira.

Ora, sempre incorremos em erro quando afirmamos derivar de uma produção parcial um produto total. Descobrir a causa do erro é indicar também o remédio. Basta totalizar a produção, se pudermos falar assim, ou seja, formar, por um novo esforço da mente, um novo conceito, mais extenso que o primeiro, uma vez que acrescenta à primeira ideia, a de um semicírculo, uma segunda ideia, a de esfera, e simples ao mesmo tempo, pois contém a relação inteligível dessas duas ideias, um conceito que é ao mesmo tempo soma e unidade. A passagem do erro para a verdade é realizada por uma adição, por um enriquecimento, mais precisamente, por uma síntese. É nessa síntese perpétua que a inteligência manifesta sua atividade e sua eficácia, que corrige pouco a pouco “esse defeito de percepção” (I, 24) que limitou e mutilou suas ideias, e que as torna claras e adequadas. A rotação de um semicírculo era uma concepção falsa, quando estava toda isolada na mente ou, como diz Spinoza, toda nua; é verdadeira quando está relacionada ao conceito de esfera, ou a qualquer outro conceito que contenha a causa determinante (I, 25). A única condição da posse da verdade é o livre progresso da atividade intelectual. Essa conclusão aparece com mais facilidade, pois nossa investigação se baseou em uma ideia geométrica, ou seja, em uma ideia verdadeira cujo objeto depende sem contradição de nossa própria faculdade de pensamento, sem encontrar nenhum objeto correspondente na natureza. Mas se dá o mesmo para todo tipo de pensamento. Um plano racional, uma

vez concebido por um artesão, é um pensamento verdadeiro, e esse pensamento permanece verdadeiro, se nunca tivesse sido executado, nunca deveria ter sido. Por outro lado, se alguém afirma que Pedro existe, sem saber que Pedro existe, seu pensamento em relação a ele é falso, ou, se alguém prefere, não é verdade, mesmo que Pedro exista na realidade; para esta proposição: Pedro existe, é verdade apenas em relação àquele que sabe de fonte certa que Pedro existe (I, 23).

Assim determinada, a noção de uma síntese contínua reconcilia a identidade estabelecida por Spinoza entre inteligência e verdade com a existência do erro, a qual parecia negá-la. Ela nos permite entender como pode ocorrer do homem enganar-se, e como esse fato é explicado pelo movimento ou pelo repouso da inteligência e não pelo estado do mundo externo, como, se pode dizer, no interior da mente, o erro é verificado como um erro e, assim, transformado em verdade, enfim, o pensamento se desenvolve sem sair de si mesmo. Portanto, não devemos olhar para a síntese, como Spinoza a concebia, como um processo que a mente emprega para alcançar a verdade, como um meio para um fim; síntese é a própria verdade, e seus diferentes momentos constituem verdades distintas. Em uma sentença, a síntese spinozista é uma síntese concreta. Ela vai do ser ao ser, sem nunca sofrer na série de seres reais de abstrações ou universais que estejam interpostos. De fato, um axioma universal não constitui nenhum desses seres em particular; não há nada fértil nele, ele é inteiramente livre sem gerar nada vivo. Um princípio abstrato é um princípio morto. Relacionar uma essência real a um axioma universal, quanto ao verdadeiro princípio da dedução, é assim interromper o progresso da inteligência (I, 33), é substituir a ordem real que existe nos seres (I, 30) por uma ordem fictícia que existe apenas na mente.

A natureza concreta é então confundida com simples abstrações (I, 25). O pensamento é separado da mente, e o sistema de essências objetivas deixa de corresponder ao sistema de essências formais. A melhor conclusão, pelo contrário, é a que deriva de uma determinada essência afirmativa (I, 31), tanto melhor a essência sendo mais particular e suscetível de ser concebida de maneira mais clara e distinta. Tal essência é naturalmente viva, ativa e eficiente, uma vez que é a expressão exata da realidade, é uma causa e, como causa, envolve em si a noção de seu efeito, de modo que, pela mera consideração são deduzidas as ideias de todas as coisas que oferecem alguma comunidade da natureza ou que mantêm algum comércio com ela. Assim, se a mente postular essa essência como ponto de partida para a síntese e passar de ideia concreta para ideia concreta, a ordem lógica de seus pensamentos corresponde perfeitamente à sequência

natural das coisas. Entre o pensamento e o ser, o paralelismo é exato, ou, para usar a fórmula spinozista: a ideia se comporta objetivamente, como seu ideato realmente se comporta (I, 13). Daí, finalmente, essa consequência, que nossas ideias têm as mesmas relações entre si que seus objetos. De fato, quanto mais uma coisa tem relações com outras coisas da natureza, mais rica e fértil é a dedução que procede de sua ideia; Assim, é estabelecida uma hierarquia de perfeição entre as noções, que expressa a verdadeira perfeição de suas essências formais.

Assim como o desenvolvimento de nosso conhecimento seria interrompido abruptamente se fôssemos apegados a uma ideia que, embora verdadeira, teria um objeto completamente isolado na natureza e, sem qualquer comércio com outro objeto, também para atingir a verdade integral, isto é, para incluir a totalidade de nossas concepções na unidade de uma síntese, é necessário, de progresso em progresso, chegar à concepção do ser que está relacionada a todos os outros seres, o qual é a fonte e a origem da natureza (I, 14); pois a ideia deste ser contém todas as outras ideias nela. A posse dessa ideia é, portanto, suficiente para provocar o desenvolvimento completo da mente e reduzi-la a um único princípio, pois possibilita superar a série de coisas naturais, dando-lhes uma ordem e um encadeamento tal “que nossa mente, na medida do possível, esforça-se em expressar a realidade de sua natureza, na unidade do todo e em cada uma de suas partes” (*ut mens nostra, quod eius fieri poteste, referat objective formalitatem naturae, quoad et totam et quoad eius partes*, I, 30). O verdadeiro caminho da verdade pode, portanto, ser apenas a reflexão sobre este ser total, ou seja, sumamente perfeito, reflexão que é ela mesma um conhecimento total, isto é, uma ideia sumamente perfeita, e o método termina nesta regra superior: dirigir a mente de acordo com a lei que a ideia do ser sumamente perfeito fornece (I, 13).

Assim, o método é de certa forma suspenso no ser, e, de fato, disto só poderia resultar uma separação entre a lógica e a metafísica, que considera o pensamento desprovido de consistência e profundidade, capaz apenas de refletir, e igualmente transparente para todo tipo de realidade. Então, o método seria um processo mecânico indiferente à natureza que é submetida a ele. O princípio fundamental que nos parece caracterizar a filosofia de Spinoza, justificar cada uma de suas conclusões, é, pelo contrário, que o pensamento é em si mesmo uma realidade. Quem diz conceito diz ação (I, 76). A ideia é verdadeira por causa de sua origem mental e ela tem uma fertilidade que lhe permite comunicar sua verdade a novas ideias. O pensamento, sendo um ser organizado, está necessariamente relacionado ao ser. Consequentemente, não há estudo

prévio sobre apenas os meios de apreender o ser e deixar indeterminada a natureza desse ser. A unidade do pensamento e do ser resulta na unidade do método e do sistema. Assim como o espírito, uma vez libertado de toda autoridade externa, resta apenas um método que está em conformidade com essa independência, do mesmo modo esse método não pôde ser constituído e completado sem, desse modo, levar a uma certa concepção de ser, sem se tornar um sistema. A liberdade da mente determina um método. O método determina um sistema. O estudo do spinozismo, como fizemos até agora, leva a essa fórmula: liberdade absoluta é uma determinação, determinação completa e exclusiva de qualquer outra determinação.

A partir dessa estreita união, que faz o sistema coincidir com o método, segue-se a consequência de que o sistema possui um ponto de partida necessário: a noção suprema fornecida pelo estudo do método; que a partir dessa noção se desdobra em uma ordem fixa, que é uma e que é única. Consequentemente, a filosofia não se divide em partes diferentes, que correspondem a muitos problemas especiais e independentes. Nenhuma questão pode ser abordada isolada na classificação que lhe pertence no desenvolvimento lógico das noções; de fato, não apenas é tratada e resolvida pelos conceitos que a precedem racionalmente, mas também não pode ser posicionada e definida sem a ajuda deles. Spinoza, que exige à especulação filosófica uma doutrina da vida moral, abster-se-á de aplicar imediatamente seu método à resolução do problema moral.

Para Spinoza, o problema moral não existe em estado isolado, caso contrário, seria de supor uma categoria moral que se imporia por si mesma sem demonstração, sem definição, e com antecedência teria determinado as respostas para as interrogações. Ao invés de estabelecer uma verdade com um valor necessário e universal, teria-se desenvolvido um postulado. Sem dúvida, Spinoza não teria encontrado uma moral se não a tivesse procurado. Mas, a preocupação moral serviu, como vimos, apenas como estímulo a se entrar na posse da liberdade intelectual; uma vez conquistada essa liberdade, é para ela se volta a única força interna. Ela encontrará o bem em seu caminho, porque o bem não pode ser separado da verdade ou do ser; caso contrário, não seria verdadeiro, caso contrário, não existiria. A verdade é interior à mente. O ser interior ao verdadeiro. O bem interior ao ser. Estes são três aspectos de uma e a mesma coisa. Lógica, metafísica, moral, portanto, formam apenas uma e a mesma ciência. A filosofia é uma unidade perfeita: considerada em seu método, é chamada lógica; considerada em seu princípio, é chamada de metafísica; considerada em seu fim, é chamada moral.

É por isso que também foi dito que a filosofia de Spinoza não inclui uma moralidade, entendida no sentido da ciência isolada e autônoma, e que é inteiramente uma moralidade. Nenhuma moral independente: “A moral”, escreve Spinoza, “deve, como todos sabem, ser baseada na metafísica e na física” (II, 118). A vida do vulgo foi condenada por Spinoza, não porque era imoral, tomada em si mesma, mas porque se resolveu no nada e, assim, se colocou em contradição com ela mesma. Inversamente, a regra positiva da moralidade só pode ser deduzida dos princípios lógicos e metafísicos. Portanto, também nenhuma ciência contribui para a formação de uma moralidade: “Todos poderão ver que desejo direcionar todas as ciências para esse fim e para esse objetivo único, de alcançar a suma perfeição da humanidade, da qual já temos falado; e, portanto, tudo o que na ciência não nos aproxima desse objetivo, deve ser rejeitado como inútil” (I, 6). O desenvolvimento do pensamento, sendo uma realidade concreta, é ao mesmo tempo um trabalho moral. Como Spinoza os concebeu e apresentou, o *Tratado Teológico-Político*, o *Tratado da Emenda do Intelecto*, são verdadeiras introduções à vida moral. Finalmente, a obra que contém a exposição integral do spinozismo, que trata de Deus e do homem, a mesma que o autor inicialmente chamou de “Sua filosofia” (I, 11, 12), definitivamente leva o nome de moral: *Ethica*.

Ao tornar a moralidade o objetivo da filosofia, não se corre perigo grave? A ideia do objetivo a ser atingido não reage necessariamente ao próprio princípio da filosofia, interferindo na sequência lógica dos conceitos? Uma ideia pré-concebida seria introduzida na dedução; agindo como um fim transcendente, adaptaria o sistema a si própria e, de fora, alteraria sua forma natural. Trata-se, portanto, de se proteger de um defeito que corrompeu quase todas as doutrinas morais dos homens, e de substituir definitivamente pré-julgamentos arbitrários por julgamentos reais. Para alcançar esse resultado, precisamos primeiro começar com definições precisas. A definição é de fato, como diz Spinoza, o pilar do método (I, 31), a definição é a prova do conceito, fundamenta a verdade, porque faz ver a sua origem e porque que limita sua extensão, se previne do erro. Também é necessário que a demonstração seja feita de acordo com um processo capaz de garantir a ordem rigorosa das proposições e excluir qualquer intervenção, para que a mente sempre vá do conhecido ao desconhecido, do princípio à consequência. Em uma palavra, a filosofia deve ser exposta da mesma maneira que a geometria. O caráter adequado do método matemático é de fato a exclusão das causas finais, a consideração única das essências e suas propriedades (I, 71). Graças ao uso desse método, a filosofia consistirá em verdades que são engendradas e ligadas em si mesmas. São criadas, por

assim dizer, por sua própria virtude interna e são expressas exatamente nas formas de demonstrações. O progresso da ciência é adequado ao progresso da mente. A aplicação deste método à filosofia, especialmente à moralidade, não pode, portanto, ser considerada um fato indiferente. Significa que devemos nos livrar dos hábitos intelectuais que nossa infância, nossa educação, nossos gostos, nossa conduta anterior e nossos interesses práticos nos fizeram involuntariamente contrair. É necessário excluir todos os preconceitos para fazer um verdadeiro trabalho de inteligência.

Um sistema original e livre exige, para ser compreendido, um pensamento original e livre. O método geométrico apareceu a Spinoza como o instrumento necessário para este trabalho de emancipação e purificação. Além disso, a rigidez de suas formas externas, a continuidade de seu desenvolvimento íntimo, pareceu-lhe também adequada, uma vez estabelecido o princípio, para evitar qualquer erro no desenvolvimento das consequências, pois impede que qualquer pensamento se desvie pela influência de uma pressão externa, especialmente que ele não admita nenhuma brecha ou lugar vazio que a imaginação possa preencher, ainda que na aparência, uma vez que seria uma concepção imaginária. Nem definições vãs nem demonstrações ilusórias; é pela razão e somente pela razão que a filosofia se desenvolve. Se isso nos leva ao objetivo que buscamos, mesmo que pareça nos “conduzir pela mão” (I, 76), não é que tenha sido adaptado antecipadamente e pela força para esse fim, que seu princípio foi determinado e admitido para fins de conclusão, porque realmente o continha em si mesmo e realmente o produziu graças ao acordo do pensamento consigo mesmo ou, como será dito por Kant, é necessário indicar com precisão a riqueza das consequências, a fecundidade das aplicações que esta ou aquela proposta geométrica implica, em virtude de uma finalidade intelectual objetiva, que lhe é inerente (Crítica do Julgamento, cap. 62). Em uma palavra, a liberdade da mente é refletida com precisão em um sistema cuja pureza e perfeição garantem a verdade, que é o que significa o título da obra spinozista: *Ethica ordine geometrico demonstrata*.

Léon Brunschvicg

Recebido em 14/10/2019

Aprovado em 08/05/2020